

# DAS FORMAS DOS CORPOS INDÓCEIS: “CORPO ESTRANHO”, CORPO POLÍTICO<sup>1</sup>

Isadora Bonfim Nuto (Mestranda pelo PPGCL-UFRJ/CNPq)

## RESUMO

A partir da ideia de “corpo estranho”, proposta nos trabalhos de Matheusa Passareli, e pensando uma série de casos que nos rondam constantemente, este trabalho busca pensar diversos modos de existência em relação ao Estado biopolítico atual, que parece ser, na verdade, necropolítico, como coloca Achille Mbembe. A proposta é pensar esses “corpos estranhos” também como “corpos indóceis”, que não se deixam domar pelos abusos do poder e da normatividade. Para isso, fazemos uma leitura do *Homo sacer*, de Agamben, em que ele apresenta a ideia dos corpos “matáveis” e da “vida nua”, a vida exposta ao perigo. A vida nua, segundo Agamben, está em um espaço de indiscernibilidade entre a lei dos homens e a lei divina, é sem-lugar e está excluída da lei, fazendo, então, uma política a partir do exterior. Seguimos com uma leitura de Derrida sobre Agamben e Aristóteles e com proposições de Foucault e Mbembe sobre bio e necropolítica. Tantas vidas hoje, como a de Matheusa, estão expostas à morte por serem corpos estranhos. Esses corpos são os matáveis de nosso Estado, que seleciona alvos específicos para excluir e aniquilar, são esses corpos a quem é vetado o direito de participar da vida política e ocupar a cidade. Mas eles não se deixarão calar; eles não se permitem domar e docilizar e por isso mesmo são vistos como ameaças. Assim, concluímos: são esses corpos que, por meio de sua indocilidade, podem fazer uma política outra, uma política do fora, do estranho, do afeto.

**Palavras-chave:** Corpo estranho; Indocilidade; Vida nua; Biopolítica.

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar (não publicada) deste texto foi entregue como trabalho final da disciplina optativa “Estética, escrita e biopolítica”, cursada em 2018 na Universidade de Brasília, em que tive contato com parte da bibliografia aqui utilizada e cujas interessantes discussões em classe mobilizaram a escrita do texto.

## RÉSUMÉ

À partir de l'idée de «corps étrange», proposé par Matheusa Passareli, et en pensant une série d'événements qui nous entourent constamment, ce texte a pour but de penser les divers modes d'existence par rapport à l'État biopolitique actuel, qui semble, n'être que nécropolitique, comme le propose Achille Mbembe. On propose penser ces «corps étranges» aussi comme des corps «indociles», ceux qui ne se laissent pas dominer par les abus du pouvoir et de la norme. Pour cela, on fera une lecture de l'oeuvre *Homo sacer*, de Giorgio Agamben, dans laquelle il présente son idée des corps «tuables» et de la «vie nue», ça veut dire, la vie exposée au danger. La vie nue, selon Agamben, se trouve dans un lieu d'indistinction entre la loi des hommes et la loi des dieux, elle est sans-lieux et elle est, ainsi, exclue de la loi, faisant, alors, une politique à partir du dehors. On suit avec la lecture de Derrida à propos de Agamben et Aristote suivie des considérations de Foucault et Mbembe autor de la bio/nécropolitique. Tant de vies, aujourd'hui, comme celle de Matheusa, sont exposées à la mort du fait d'être des corps étranges. Ces corps sont les tuables de notre État qui choisit des cibles particuliers pour les exclure et anéantir; c'est à ces corps qu'il est interdit le droit de faire partie à la vie politique et d'occuper la ville. Mais ils ne se laisseront pas silencier, ils ne se permettent pas dominer ou «dociliser» et c'est pour cela même qu'ils sont vus comme des menaces. Donc, notre conclusion: grâce à leur «indocilité» propre, ces corps peuvent faire une politique autre, une politique du dehors, de l'étrangeté, de l'affection.

**Mots-clés:** Corps étrange; «Indocilité»; Vie nue; Biopolitique.

Há exatos um ano e quatro meses<sup>2</sup> morreram Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, e Anderson Gomes, motorista do carro em que estavam quando foram alvejados. Marielle foi executada em 14 de março de 2018, após denunciar a ação violenta e os assassinatos pela PM, o “batalhão da morte”, nas periferias da cidade<sup>3</sup>. Mais de um ano se passou, e o crime permanece sem resposta. Em abril do mesmo ano, Matheus Passareli, Matheusa, Theusinha, estudante de artes visuais da UERJ, transgênero, não-binária, foi morta e teve seu corpo queimado também no Rio de Janeiro. No início de 2017, a travesti Dandara dos Santos foi torturada, espancada e assassinada por oito homens em Fortaleza, com chutes, socos, pedaços de pau e pedras, além de ofensas verbais. O crime, motivado por intolerância e preconceito, foi documentado e divulgado em redes sociais pelos próprios agressores. Em maio de 2018, no Distrito Federal, Jessyka Laynara foi mais uma vítima de feminicídio, tendo sido espancada e assassinada pelo ex-namorado, indignado com o término e com uma troca de mensagens entre Jessyka e outro homem. Em 2015, antes mesmo do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o cidadão de bem achou por bem protestar contra o aumento do preço da gasolina com um adesivo de carro que representava a presidenta com as pernas abertas, a ser penetrada pela bomba de combustível. Em julho de 2018, a advogada Tatiane Spitzner foi perseguida, agredida e possivelmente empurrada da janela pelo marido, no próprio prédio onde moravam, após ter tentado fugir e gritado por socorro, sem que nenhum vizinho se movimentasse para “meter a colher”. Tatiana morreu porque era mulher. Porque homens matam mulheres. Em junho deste ano (2019), a estudante de ciências sociais da UERJ, Luiza Braga, foi assassinada pelo ex-namorado em sua casa.

Em 2013, o pedreiro Amarildo Dias de Souza desapareceu após ser detido pela polícia e conduzido, para interrogatório, à sede da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da região em uma operação na favela da Rocinha. Amarildo portava identificação e não havia crime em curso no momento que justificasse a detenção. Amarildo foi torturado e

---

<sup>2</sup> Na data de submissão deste artigo, em julho 2019.

<sup>3</sup> Links para acesso às fontes sobre os casos aqui apontados serão apresentadas em “ANEXO” ao fim deste texto. Pela grande quantidade, optamos por não os inserir no corpo do texto, a fim de evitar poluição e prejuízo à fluidez da leitura.

morto, e seu corpo nunca foi encontrado. Todos os envolvidos em sua morte eram membros da polícia, inclusive o comandante da UPP regional. Também em 2013, Rafael Braga foi detido durante as manifestações de junho e condenado por porte de produtos químicos de limpeza, que, apesar da pouca quantidade, foram considerados “materiais explosivos”. Posteriormente, Rafael foi acusado de tráfico e condenado a 11 anos de prisão, ele estaria supostamente em posse de drogas, entretanto, as provas não estavam claras, ele foi agredido e a condenação se baseou exclusivamente no depoimento dos policiais, ignorando-se testemunha ocular. Em 2014, a auxiliar de limpeza Claudia Silvia Ferreira, após ser baleada em uma troca de tiros, foi arrastada pela viatura da PM por mais de 200 metros. A polícia apenas argumentou que “ela já estava morta”.

Em junho deste ano, o governador do Rio de Janeiro lamentou não ter autorização para lançar um míssil na Cidade de Deus; a fala veio pouco tempo depois de outro episódio, em que o governador atirava a esmo, desde um helicóptero, sobre comunidades da cidade, sob a alegação de “botar fim na bandidagem” (*GI*, “WITZEL diz...”, 2019). Em 2016, o estudante Jhonata Dalber, de 16 anos, foi morto, no Morro do Borel, pela polícia militar, que teria “confundido um saco de pipoca com drogas”. Em setembro de 2018, novamente a polícia muito convenientemente confundiu um objeto comum, de um cidadão comum, com uma arma, e o garçom Rodrigo Alexandre foi baleado com 3 tiros enquanto aguardava sua família, pois a polícia teria confundido um guarda-chuva com um fuzil. Em abril deste ano (2019), o exército metralhou 80 tiros em um carro de família, confundido com um veículo roubado. Na tarde de domingo, o carro com a família do músico Evaldo Rosa se dirigia a um chá de bebê; mesmo tendo acertado o motorista, os policiais não cessaram os tiros, matando também o catador Luciano Macedo, que tentou ajudar a família. Após o acontecimento, o então ministro da Justiça tratou o caso como um “incidente trágico”, mas que “lamentavelmente pode acontecer” (*GI*, “SÉRGIO ...”, 2019)<sup>4</sup>. Em fevereiro, o ministro havia apresentado proposta de um “pacote anticrime”, que absolveria policiais que matarem em serviço motivados por “violenta emoção”.

---

<sup>4</sup> “SÉRGIO Moro diz que morte de músico a tiros pelo Exército no Rio aparenta ser ‘injustificável’ e precisa ser apurada”. *GI*, 10, abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de>

Esses casos não são isolados e, ainda, hoje, depois de mais de um ano, nós ainda estamos sufocados com a boca seca que dizia: “ele não viu que eu estava com a roupa de escola, mãe?” (*O Globo*, “ANTES DE...”, 2018)<sup>5</sup>, do menino Marcos Vinicius, morto na Maré, enquanto ia para a escola, com um tiro pelas costas vindo de um blindado da polícia.

(Se eles viram ou não a roupa da escola, não se sabe, mas certamente não se importam. Porque por baixo da roupa da escola há um outro corpo, um corpo que eles veem muito bem, um corpo que é um alvo muito bem delimitado.)

No início de maio de 2018, assisti à formatura da turma de artes cênicas da Universidade de Brasília, e a aluna que fez o discurso, Tainá Cary, disse que quando seu pai foi desligado do emprego, o chefe dele disse que “gostaria de ver a sua cara quando as duas filhas estivessem viciadas em crack”, ela continuou seu discurso dizendo: “semana passada minha irmã se formou em ciências sociais, hoje eu estou me formando em artes cênicas. Eu queria ver a cara do chefe do meu pai agora, porque a do meu pai eu tô vendo (sic.) e não poderia estar melhor”. Tainá foi ao púlpito levando uma faixa em que estava escrito “Marielle presente”. Tainá é negra, Tainá não mora no plano piloto e sua irmã foi a primeira pessoa da família a estudar e se formar em uma universidade pública, segundo uma postagem sua no *Facebook*.

São esses corpos que não se espera que se formem na universidade, que sequer cheguem até ela; são esses corpos que não se permite que vão à escola, que frequentem os espaços sociais, que estejam na política, na televisão, na cultura. Esses corpos estão marcados, eles já vêm marcados, são sempre já o alvo. São corpos a quem não é dado ocupar a cidade, participar da vida política, corpos perseguidos, marginalizados, ocultados. Corpos fora da normalidade ou, mais ainda, da normatividade. Corpos estranhos. E o que está fora da norma deve ser expulso, deve ser *eliminado*. Esses corpos não são poucos e não são de um único “tipo”, eles são muitos, mas são, também, escolhidos a dedo. É o corpo da

---

[janeiro/noticia/2019/04/10/lamentavelmente-esses-fatos-podem-acontecer-diz-moro-sobre-musico-morto-a-tiros-pelo-exercito-no-rio.ghtml](https://oglobo.globo.com/rio/antes-de-morrer-jovem-baleado-na-mare-disse-para-mae-que-tiros-partiram-de-caveirao-22807770)

<sup>5</sup> “ANTES de morrer, jovem baleado na Maré disse para a mãe que tiros partiram de caveirão”. *O Globo*. 21, jun. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/antes-de-morrer-jovem-baleado-na-mare-disse-para-mae-que-tiros-partiram-de-caveirao-22807770>

mulher em uma sociedade machista; é o corpo homossexual, transgênero, não-binário, em uma sociedade heterocentrada; o corpo negro em uma sociedade racista; é o corpo favelado em uma sociedade elitizada. Todos corpos estranhos, fora da regra imposta e esperada. Trata-se, sobretudo, de modos de existência e de seu direito à vida e à voz; formas de vida a todo instante precarizadas, reduzidas à condição de matabilidade.

Matheusa Passareli, estudante de artes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, era uma dessas vidas e é dela que nos vem, aqui, a expressão “corpo estranho”. Tendo saído do interior do Rio de Janeiro para cursar a faculdade, Matheusa começava a produzir uma obra centrada na sua própria experiência enquanto corpo e em seu uso como forma de resistência, capaz de subverter uma ordem normativa que busca enquadrar todos os corpos em um único modelo ideal e exigido, completamente averso à diferença. Seu trabalho passa pela descoberta de seu corpo enquanto não conformado ao sexo que carrega e de sua pele enquanto corpo negro: “Nasci bixa, nem menino nem menina. Mas nasci. Cresci. Identifiquei em mim vontades que em minha casa não cabia” (PASSARELI, s./d.a), “Corpo livre. Conteúdo infinito. A partir do momento em que me identifico enquanto pessoa negra, processo de autonomia e consciência de si, consequência da floração dos meus cachos” (PASSARELI, s./d.a).

A ideia de “corpo estranho” é, assim, fundamental. Matheusa voltava suas pesquisas a esse corpo, que é também o seu corpo, o seu corpo fora de lugar, fora do lugar esperado, do lugar permitido. No zine *O Rio de Janeiro continua lindo e opressor: relato da disciplina de gravura uerj*, lê-se: “após diversas tentativas de adentrar o sistema / matheus passareli simões vieira / habitante passivo da cidade do interior / do Rio de Janeiro, Rio Bonito. / desloca-se de seu habitat natural para adentrar / uma pesquisa de corpo. / corpo na cidade.” (PASSARELI, s./d.b). Na mesma zine, a expressão “corpo estranho” aparece em destaque, verso isolado, com letras espaçadas, como uma base de sustentação em um trecho que fala da necessidade de se manter firme quando a estrutura oprime: “se manter fixo na estrutura que te oprime. / me manter fixo na estrutura que me oprime. / c o r p o e s t r a n h o” (PASSARELI, s./d.b). É esse “corpo estranho” que habita uma sociedade que “poderia se

chamar desigualdade” (“ser bixa preta afeminada me fez corpo estranho em uma sociedade que poderia se chamar desigualdade” [PASSARELI, s./d.b]).

Esse corpo ganha, então, protagonismo, e, em outro momento, ela escreveu: “através do meu corpo me comprometo a ir contra uma história de poucos leitores” (PASSARELI, s./d.a) e, ainda: “ser um corpo estranho, é ser cidadão” (PASSARELI *apud* ESTRELLA, 2018). Ser cidadão pelo corpo, ir, por meio dele, contra uma história mal contada; trata-se, assim, de buscar uma política outra, uma política dos corpos estranhos, uma política desses corpos que são, por suas formas próprias, imediatamente excluídos da cidadania, mas que resistem, num esforço por manterem-se fixos em uma estrutura que os oprime.

No livro *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, Giorgio Agamben fala dos matáveis, da matabilidade dos corpos e da “vida nua”, ou seja, a vida exposta, a vida matável, em oposição à vida política. Agamben retoma uma figura do direito romano antigo para associá-la, na modernidade, relacionando à teoria da biopolítica de Foucault, a essas vidas que não são protegidas pelo Estado, como deveriam ser, vidas estas que, selecionadas, estão sempre em estado de exceção, que já nascem com seus direitos suspensos. O *homo sacer* é matável e insacrificável, sua matança, seu assassinato, não é punido, mas seu sacrifício (enquanto oferenda) também não pode ser feito, dentro dos moldes do rito e da lei. Essa figura está, portanto, em um lugar fora das leis da cidade, do direito humano e do direito divino, e é essa vida nua, exposta, essa vida, o acesso a ela e sua produção que constituem a soberania, que são o conteúdo do poder soberano:

Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera (AGAMBEN, 2007, p. 91).

Segundo Foucault (2005, 2017), nas monarquias, o poder do soberano se caracterizava pelo direito de *deixar viver ou fazer morrer*, dessa forma, a vida do súdito não lhe era própria, mas era direito do soberano, que dela podia fazer o que bem entendesse. Na passagem para o estado biopolítico, ainda segundo o autor, essa relação se torna a de *deixar morrer ou fazer viver*. O Estado biopolítico deveria, então, garantir a vida do cidadão,

promover a sua vitalidade e longevidade, entretanto, esse mesmo Estado, paradoxalmente, também seleciona vidas para, não apenas serem deixadas para morrer, como serem direta e diariamente colocadas em risco, expostas à morte – sobre isso, Mbembe (2016) vai tratar depois sobre um estado biopolítico que é, na verdade, necropolítico.

De retorno à afirmação de Agamben, então, esse novo Estado da modernidade se coloca em uma posição de soberania porque, justamente, o Estado biopolítico atual tem sido aquele que produz e mata seus matáveis sem retaliação. Seus membros são transformados em vidas matáveis, a *zoe*, segundo Agamben.

Entretanto, é justamente através de sua própria matabilidade que essas vidas se politizam, ou seja, seu princípio político é sua matabilidade, e o sujeito desse Estado é o animal cuja vida de ser vivo está em questão na política. “A vida exposta à morte (a vida nua ou a vida sacra) é o elemento político originário” (AGAMBEN, 2007, p. 96). Se o soberano é aquele que pode declarar o estado de exceção, ou seja, pode dispor da suspensão dos direitos das vidas de seus súditos, também o Estado que produz seus matáveis se faz soberano na medida em que declara a essas vidas, selecionadas por suas formas e características próprias, um perpétuo estado de exceção.

Agamben aponta, também, a lógica do bando, que é como a da soberania. O bando está fora, está excluído da comunidade e se inclui na política se excluindo dela. Se a morte do *homo sacer* é menos que um homicídio e a morte do soberano é mais que um homicídio, ambos estão, portanto, para além ou para além do homem comum, estão fora do ordenamento jurídico. A sacralidade ou a matabilidade, segundo Agamben, se relaciona a uma “sujeição da vida a um poder de morte, sua irreparável exposição na relação de abandono” (AGAMBEN, 2007, p. 91). E o abandono, por sua vez, está em relação com o bando, o abandono e a formação do bando; sobre isso, diz Agamben: “*in bando, a bandono*, significam originalmente em italiano tanto ‘à mercê de’ quanto ‘livremente’ e bandido significa tanto ‘excluído, banido’ quanto ‘aberto a todos, livre’” (AGAMBEN, 2007, p.117).

O bando é, então, uma zona de indiscernibilidade, que está dentro e fora simultaneamente, que está excluído, e, por sua exclusão, se politiza. “Nem *bíos* político nem



*zoé* natural, a vida sacra é a zona de indistinção, na qual implicando-se e excluindo-se um ao outro, estes se constituem mutuamente” (AGAMBEN, 2007, p. 98), a lógica (soberana) do bando, faz política de um lugar exterior, estando, assim, dentro e fora dela e mantendo unidos a vida nua e o poder soberano.

Lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato, entram em uma zona de *irredutível indistinção*. O estado de exceção, no qual a vida nua era ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía, na verdade, em seu apartamento, o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político; quando suas fronteiras se esfumam e se indeterminam, a vida nua que o habitava libera-se na cidade e torna-se, simultaneamente, o sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos, o ponto comum tanto da organização do poder estatal quanto da emancipação dele. (AGAMBEN, 2007, pp. 16-17, grifo nosso).

Agamben lembra também a figura do lobisomem, que está entre duas zonas, no limiar da passagem entre natureza e política, entre o mundo humano e o mundo ferino; o lobisomem está em estado de exceção, em uma indistinção, um limiar, dos homens com as feras. O lobisomem, o bandido, é, na origem, aquele que foi *banido* da comunidade e vive entre a cidade e a selva. Nesse sentido, pode-se lembrar também o caráter anômalo atribuído por Deleuze ao feiticeiro nas tribos: este, excluído da comunidade, passa a habitar as fronteiras das vilas, não dentro delas, mas também não distante o suficiente para delas se diferenciar, ele é a “fronteira móvel do bando”, e a relação com o feiticeiro, com o anômalo, não é de filiação, mas de contiguidade, este habita, portanto, o limiar, a ponta da desterritorialização. Da mesma forma, sobre os matáveis, Agamben aponta uma relação de íntima simbiose com a morte, sem, no entanto, pertencerem ainda ao mundo dos defuntos.

Derrida, por sua vez, em *A Besta e o Soberano*, faz uma crítica a Agamben, retomando vários de seus pontos. Ele critica a distinção entre *bíos* e *zoé* proposta por Agamben, que definiriam a “vida política” e a “vida nua”, afirmando ser insustentável a distinção entre “atributo” e “diferença específica” por ele feita na leitura do homem, em Aristóteles, como *zoon politikon*, de forma a considerar o político um mero atributo e não algo que é já

próprio a todo ser vivente. Nesse sentido, Derrida retoma Aristóteles, mostrando que, para ele, o homem é já sempre político, e a política é justamente o que é próprio ao homem, em oposição ao animal, sustentando, assim, que o problema se encontra na ideia agambeniana de que a inserção da vida nua na *pólis* seria um acontecimento fundador da política moderna, uma vez que, conforme apresenta Derrida, o próprio Aristóteles já consideraria a política na vida nua, tendo já, embora não nesses termos, pensado o que Agamben e Foucault atribuem apenas à modernidade, assim, “o que parece moderno é, [...] em verdade, imemorial” (DERRIDA, 2016, p. 449). Derrida aponta também, em Aristóteles, o pressuposto da ligação essencial entre política e *logos*. O homem é *por natureza* o animal político, o homem é o animal racional, o homem é o único animal que possui *logos*. E ao *logos* estaria já associada a ideia de soberania: “O *logos*, como recolhimento, *Sammlung*, ou, mais tardiamente, como lógica, razão ou entendimento, o *logos* é já, sempre, da ordem do poder, da força e até mesmo da violência” (DERRIDA, 2016, p. 453).

Na leitura de Derrida, Aristóteles já anuncia em seu conceito de *polis* uma relação essencial entre Estado e soberania (uma espécie de previsão da biopolítica foucaultiana, em outros termos e num outro contexto), sendo a finalidade da cidade promover o bem soberano da comunidade, o bem viver. Para Aristóteles, o homem é *por natureza* destinado a viver em cidades, ou seja, é, por natureza, um animal da *polis*, um animal político – E, aqui, é muito importante destacar que Aristóteles ele mesmo deixa bem clara a exclusão da mulher e do escravo da vida política: “a mulher e o escravo têm a mesma posição. A razão disso é que eles não têm o que por natureza comanda.” (ARISTÓTELES *apud* DERRIDA, 2016, p. 484). Assim, Derrida propõe uma zoopolítica: a política já em toda *zoé*, uma vida que é no *logos*.

De volta a Aristóteles, se o homem é destinado a viver na cidade, aquele que está fora da *polis*, que está fora ou foi banido da comunidade, que é, portanto, *apolítico*, se diferencia do homem, sendo ou superior ou inferior a ele. O apolítico é, portanto, inferior ou superior ao homem, é o degradado ou o divino, a besta ou o Deus (e aqui, também, é importante lembrar o caráter divino atribuído ao soberano nas monarquias, o que o coloca nesse

mesmo lugar para além das leis do homem, apolítico, portanto, tal qual o lobisomem), a diferença está na oposição de um *zoon* dotado de razão e um *zoon* sem razão.

Derrida retorna, então, à ideia do lobisomem, ressaltando sua tradução para o inglês como *outlaw*, o sem lei, sem clã, sem lar. O lobisomem, como também já apontou Agamben, é o fora da lei, aquele que, assim como o soberano, faz a lei a partir de um lugar exterior, de um fora; ambos *outlaw*. O lobisomem, nessa indistinção entre homem e besta é também o apolítico, fora do estatuto puramente humano e do ordenamento jurídico. Da mesma forma, conforme também colocava Aristóteles, o escravo, a mulher, o animal, excluídos da política, são os seres, portanto, *apolíticos*, são os corpos que habitam, que estão fadados a habitar esse limiar que é o espaço mesmo da vida nua, da matabilidade.

O uso da palavra “besta” (*bête*) por Derrida, em preferência a “animal”, é interessante, e designa, sobretudo, o animal selvagem, que não pode ser domado ou adestrado; a bestialidade e, no caso proposto na obra de Derrida, a bestice, não são necessariamente traços do animal, sendo, ao contrário, muitas vezes não atribuíveis a eles:

‘besta’ em francês não é a mesma coisa que ‘animal’, e os senhores se lembram dos temíveis problemas de idioma dos quais tivemos de tratar quando foi necessário distinguir a ‘besta’, a ‘bestialidade’ e, sobretudo, a ‘bestice’, tudo isso não sendo necessariamente traços do animal (DERRIDA, 2016, p. 474).

Pode-se supor uma diferença entre a animalidade e a bestialidade que pode ser pensada nos termos da docilidade, na capacidade ou não de se domar. O animal pode eventualmente ser o animal doméstico, o bicho de estimação. A besta, por sua vez, é indomável, é indócil. A besta assusta, assombra, ameaça. A indocilidade da besta é, assim, o que marca o seu lugar fora do espaço da normatividade e que, por isso mesmo, a configura como uma ameaça ao Estado, aquele que deve ser, se não apenas excluído, absolutamente eliminado, justamente porque é sua exclusão que o politiza e o insere na política de uma forma, inclusive, contrapolítica, desestabilizadora.

São esses corpos bestiais, indomáveis, indóceis, estes desde sempre excluídos da política (o escravo e, hoje, a mulher, o negro, o louco, o doente, o viado, a sapata, a travesti,

o favelado, a puta, etc.), esses “corpos estranhos”, que, fora da lei, são os seres apolíticos, criam, em um Estado em que não participar da vida política significa imediatamente não ter direito à vida, ou seja, em que privá-los da participação política significa privá-los também da vida, declará-los de início já mortos, imediatamente o alvo pronto, são eles que, por meio da sua exclusão, criam uma política outra, do estranho, da incalculabilidade.

O Estado biopolítico opera pelo controle, pelo cálculo, a medição, a regulação, logo, pelo previsível, pela calculabilidade. Quando a bestialidade se insere na política, isso a perturba e necessariamente a desarranja, uma vez que se cria um espaço para além do controle, um espaço da incalculabilidade e do imprevisto, o que não é aceitável dentro da norma. Os corpos estranhos, esses seres bestais, devem ser eliminados na lógica do Estado, porque o ameaçam, porque encontram um poder além do que lhes é dado, que foge ao controle, à regulação dos mecanismos oficiais de poder.

Segundo Foucault, o biopoder, que teria sido indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, garantido pela “inserção controlada dos corpos no aparelho de produção” (FOUCAULT, 2017, p. 152), exige algo mais além da produção, que é exatamente a docilidade dos corpos:

Foram necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isso torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos do Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram também como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia (FOUCAULT, 2017, p. 152).

Foucault ressalta o adestramento realizado pelo poder disciplinar e a necessidade de o Estado controlador tornar os corpos “úteis e dóceis” como lhe convém, por meio das várias tecnologias de poder, as instituições acima mencionadas. “O corpo em relação com a

instituição rua, por exemplo, precisa manter-se em ordem. Em caso de desordem, polícia” (PASSARELI, s./d.a).

Os matáveis, assim, produzidos e, a cada dia, assassinados por esse Estado que se declara como protetor da vida, são os corpos estranhos, fora de lugar, fora de toda lei, que não se deixaram docilizar e disciplinar pela norma. Mas são esses mesmos corpos indóceis que reafirmam e se reafirmam por sua indocilidade. O corpo estranho não aceita e não aceitará ser adestrado, não se rende à “poda compulsória”, como afirmou Matheusa: “A partir do momento em que me identifico enquanto pessoa negra [...] em resposta à interrupção de um processo de *poda compulsória* que vivia em meu corpo/território[...] O meu tempo agora é outro. O meu corpo também” (PASSARELI, s./d.a, grifo nosso). Da mesma forma que esses corpos estranhos se apropriam de seu status de fora-da-norma para fazer disso arma de batalha, potência de combate, também a poda foi subvertida e é devolvida: em outro momento do texto, ela aparece como fermento para um crescimento ainda mais enérgico e vigoroso: “a sua poda me fez crescer mais forte [...] perdão a quem me mata? Jamais. Desculpa nunca mais, meu corpo não tem culpa de ser colonizado, mas você insiste em cobrar desculpa, perdão, mas eu sinto muito, o estrago já foi feito e continua sendo” (PASSARELI, s./d.a).

É justamente pela impossibilidade da poda, por parte dos mecanismos de poder, que se procede à execução. Quando não se pode mais subjugar, passa-se, então, a aniquilar. Nesse sentido, cito Lévinas: “matar não é dominar, mas aniquilar, renunciar em absoluto à compreensão” (LÉVINAS, 1988, p. 177). E se é brutalmente cruel que uma mãe tenha de levantar uma blusa de uniforme suja de sangue e dizer que fará “dessa blusa um instrumento de justiça”<sup>6</sup> antes mesmo de poder chorar a morte de seu filho, se, para os matáveis, essa é uma demanda que se impõe interpondo-se até mesmo ao luto de seus mortos, é porque ela é também não o grito, mas o rugido desses corpos estranhos reafirmando a sua indocilidade.

---

<sup>6</sup> Durante o velório do filho, a mãe de Marcus Vinícius, citado no início deste texto, levando a camisa da escola do jovem, ainda suja de sangue, disse: “Vou fazer desse pedaço de pano um instrumento de justiça”. Link para fonte jornalística segue na seção “Anexo”.

Fazer do objeto sujo de sangue um instrumento de justiça, justiça que não se pode confundir com as decisões dos responsáveis pela interpretação da lei, é também resistir à poda e negar a normatização imposta aos corpos pelos aparelhos do Estado, é ressignificar termos e condições: “negando imposições atribuídas ao meu corpo, aprendi de novo o significado e a possibilidade de ressignificação das palavras. Um processo de autoconhecimento e cuidado e consciência contextual que me fizeram acreditar em forças que antes eram usadas contra mim” (PASSARELI, s./d.a). O que se tem, enfim, são corpos que ressignificam as condições a que são submetidos e se apropriam da potência das forças que antes eram usadas contra eles, forças, características, posições, particularidades, símbolos, que os mecanismos de controle sempre tentaram, como forma de garantir sua própria soberania, convencer de serem negativos.

Só ser. Não ser mais censuradas ano nosso próprio corpo. Sistema binarizante, pautador de normas, e impositor de linguagens. Linguagens antigas, reprodutoras de padrões, quadros reforçadores de que os nossos corpos a essa tradição não pertencem, somente sim se em posição de subalternidade [...] insensíveis criadores de planos, quadros e superfícies que mantém a todos dias em suas telas que o meu corpo não fala, se fala, fala demais, gesticula demais. Espalhafatosa, bixa, engraçada, louca, depravada, suja, mal criada (PASSARELI, s./d.a).

Que os “corpos estranhos”, segundo essa lógica bio-necro-política, só tenham lugar em posição de subalternidade, que só tenham direito de agir se para obedecer, que só tenham voz se para concordar, é isso que se diz nesse trecho de *Cartografia Social do Crescimento e Desenvolvimento*, de Passareli, acima reproduzido, o qual continua com a exposição de um outro julgamento ao qual esses corpos são submetidos: a ordem do comedimento, do recato, do pudor, da compostura. Esse corpo a quem não é dado o direito de falar, quando fala, “fala demais”, é taxada de excessivo demais, expansivo demais, efusivo demais, em suma, pouco discreto, ou seja, problemático, porque, afinal, a tradição exige sobriedade e parcimônia, e é preciso corrigir os que não estão adequados.

Esse trecho faz lembrar um poema de Angélica Freitas, intitulado “uma mulher limpa”. O poema traz à tona, agora na figura da mulher, outro desses corpos indóceis, ironizando a sua tentativa de docilização e de higienização pelo controle. Diz o poema:

porque uma mulher boa  
é uma mulher limpa  
e se ela é uma mulher limpa  
ela é uma mulher boa.

há milhões, milhões de anos  
pôs-se sobre duas patas  
a mulher era braba e suja  
braba e suja e ladrava

porque uma mulher braba  
não é uma mulher boa  
e uma mulher boa  
é uma mulher limpa

há milhões, milhões de anos  
pôs-se sobre duas patas  
não ladra mais, é mansa  
é mansa e boa e limpa

[...]

uma mulher sóbria  
é uma mulher limpa  
uma mulher ébria  
é uma mulher suja

dos animais deste mundo  
com unhas ou sem unhas  
é da mulher ébria e suja  
que tudo se aproveita

as orelhas o focinho  
a barriga os joelhos  
até o rabo em parafuso  
os mindinhos os artelhos

(FREITAS, 2013, p. 11- 13 )

O julgamento de um corpo que “se fala, fala demais, gesticula demais” e a descrição como “espalhafatosa, louca, depravada, suja, mal-criada” parecem caber perfeitamente aqui. A norma que se impõe é justamente um ideal de asseio e limpeza (antes de tudo, na aparência), de decoro e sobriedade, de serenidade e mansidão no comportamento. A mulher boa é a mulher limpa e mansa, a mulher suja e ébria, é a besta. A mulher fora da norma é suja. A mulher fora da norma é a besta. E a besta é braba e ladra. A besta ruge, é furiosa e indomada. A associação pejorativa socialmente construída da figura feminina com o animal é a clara exposição da necessidade de se docilizarem os corpos para torná-los mansos e obedientes, impedindo qualquer perturbação que possam vir a cometer. A mulher atrapalha, incomoda, questiona, se impõe e, assim, desestabiliza a ordem. É preciso que ela deixe de ser esse animal selvagem e inconveniente e se torne a figura exemplar – e exemplarmente controlável –, bem-comportada, doce, “bela, recatada e do lar”, é preciso que ela se ponha sobre duas patas, que não ladre mais, seja mansa, boa e limpa. Uma vez controlada a bestialidade, resolvido o problema, a ordem se restabelece. Nesse mesmo sentido, associa-se a mulher suja e ébria, ou seja, fora da norma, *desviante*, não-civilizada, àquela com quem tudo pode ser feito; a bestialidade demanda o ajuste, a correção, abre espaço para o uso da força; a bestialidade, segundo se crê, legitima o abuso: “da mulher ébria e suja, tudo se aproveita”, como aos animais, orelha, focinho e rabo.

A mulher doce e mansa e limpa não é escolhida como alvo (embora, por ser mulher, ainda esteja, ainda que por vezes de forma velada, submetida à lógica de que “tudo se aproveita”), mas a mulher suja, ébria e indócil, não apenas o é, como deve, sobretudo, ser exposta ao ajuste, à violência, à exposição, à exploração, ao abuso, à agressão “corretiva”, à matabilidade. Ela é a própria vida nua.

Sobre esse corpo estranho e indócil da mulher, sobre essa mulher bestial, fora da norma, que não é limpa e boa e sóbria, sobre essa mulher de que “tudo se aproveita”, um caso específico e atual pode ser lembrado, ressaltando que, fora do poema de Angélica, na realidade, na sociedade tradicional, no Brasil, é a mesma lógica que é seguida, o mesmo julgamento que é imposto, o mesmo tratamento que é dado, “depravada, suja, mal-criada”.



Em abril de 2018, quando foi decretada ordem de prisão ao presidente Lula, Oscar Maroni, dono da Bahamas, casa noturna famosa na zona sul de São Paulo, conhecida também pela exploração sexual de mulheres, ‘comemorou’ a prisão oferecendo cerveja de graça no estabelecimento. O evento, com bebida e mulheres, se deu sob os olhares da “lei”, a Ministra Carmem Lúcia e o juiz Sergio Moro, representados em pôsteres em uma espécie de altar, e, cinicamente, deveria comemorar a suposta vitória da justiça e dos bons costumes. Mas o horror foi além, e foi justamente sobre um corpo de mulher, sobre um corpo explorado, desapropriado, um corpo silenciado e matável, que se deu o espetáculo assombroso da cena: Maroni, sorridente e vestido de presidiário, expunha uma mulher, uma das trabalhadoras sexuais da boate, com o rosto puxado para cima, a boca tapada e a calcinha descida à altura dos joelhos, diante dos olhos de uma horda masculina aos gritos e aplausos.

Essa imagem horrenda, que certamente perturba e assombra a todas as mulheres de uma forma insuportável e impossível de esquecer, transmite um recado muito claro, um recado da livre exploração dos corpos femininos pela ordem misógina vigente, do controle de seus corpos e de sua voz – rosto puxado e boca tapada –, um recado de um poder que goza com o sofrimento do outro, esse outro inferiorizado e bestializado a quem a vida e os direitos são vetados, que impõe a esses corpos seu assujeitamento e faz escárnio disso. Tudo isso, diante de um “altar da justiça”, dos olhares das representações das grandes forças jurídicas do país, de imagens e vídeos divulgados em redes para serem expostos para todo o país e para além dele, diante de gritos e aplausos daqueles que se dizem os defensores da ordem, da moral e da família, da sobriedade e do comedimento, que se acham os donos do poder e que afirmam, por esses mesmos gritos e aplausos, que é esse espetáculo monstruoso que querem perpetuar. É a lógica da limpeza, da higienização, do jogar fora tudo que não se presta à norma, sem, no entanto, deixar de desfrutá-lo de alguma forma, livre uso, “tudo se aproveita”.

A prostituta, a mulher suja, assim como a mulher que permite o aumento do preço da gasolina de um país, deve ser exposta e corrigida – uma pela exposição máxima diante de uma plateia, outra por um adesivo simbolicamente violento circulando livremente pela rua

– pelo uso da força e, sobretudo, pelo abuso e a violação de seus corpos, que, afinal, é o que lhes define esse lugar.

Se a mulher, seja ela limpa, mansa, ébria, suja, braba, doce ou não, é sempre a besta que deve ser civilizada e adestrada para agradar a seus domadores e se adequar à norma, ela é também esse corpo indócil que assume sua bestialidade para fazer essa política da incalculabilidade, da indocilidade, dos “corpos estranhos”. Se seu lugar foi sempre apolítico, fora da lei, *outlaw*, e, por isso mesmo, necessariamente político, é justamente em sua exclusão que se vai assumir o lugar do *zoon politikon*, o animal político, a besta dentro do Estado, que expõe a força política de sua vida nua. O “corpo estranho”, excluído, não se deixa adestrar e, assim, ele faz política.

Mas não são só esses os corpos inconvenientes que se tenta silenciar. Retomando os casos citados no início deste texto, denunciavam-se outros tantos corpos que, por suas formas, suas características e singularidades, são perseguidos, escorraçados – exatamente como animais, como bestas –, violentados e eliminados. Nesse caso, o Estado biopolítico atual, especificamente no caso brasileiro, que coloca um estado inteiro sob intervenção e entrega o comando da força de segurança à polícia militar<sup>7</sup>, mal preparada e agressiva, afirma às claras sua forma de agir e sua intolerância quanto ao cidadão pobre, negro, morador da favela e da periferia. “A convivência com o descaso, diz Passareli, se tornou naturalizada, assim como a morte de alguns corpos” (PASSARELI, s./d.a). Os 80 tiros no carro de Evaldo, os 3 tiros nas costas de Rodrigo Alexandre, todos esses tiros alegando justificativas que não se sustentam, todos esses tiros que se atiram não para conter, mas para matar, porque o comando parece ser este: morte sem recurso, aniquilação, não dar brecha para a vida; todos esses tiros remetem a outros tiros, porque esse modo de operação não é novidade. Há um conto de Clarice, publicado ainda na década de 1960, que ilustra essa tirania e a sensação ao mesmo tempo de culpa e impotência em que somos colocados. O conto *Mineirinho*, também reunido como crônica, fala de um criminoso morto com 13 tiros pela polícia e se baseia um acontecimento real. A narradora diz:

---

<sup>7</sup> Em 2018, o Governo brasileiro decretou intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Links em “Anexo”.

há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro (LISPECTOR, 2013, *online*).

A sensação de alívio de segurança diante da perspectiva de ter sido contido o assaltante, provocada ao se ouvirem os dois tiros, é logo substituída ao se perceber que, no que acontecia ali, o objetivo não era conter, mas eliminar, como indica a sequência dos onze tiros seguintes. Do alívio, passa-se ao desassossego, à vergonha, ao horror, à própria morte. A própria Clarice comenta esse conto, dizendo: “Uma bala bastava. O resto era vontade de matar” (CLARICE *apud* ROSENBAUM, 2010, p. 171). Passa-se, assim, daquele que é protegido pela lei àquele que, ao contrário, é perseguido por ela. Quando se dão 13 tiros quando um bastaria, justificando-se tratar-se de um criminoso; quando se dão 80 tiros em um carro de família alegando-se a confusão com um veículo roubado por assaltantes, o que se diz, por meio dessas alegações é que existem vidas — ou melhor, vidas que automaticamente deixam de ser consideradas vidas — que justificariam esses excessos, ainda que “lamentáveis”. É também esse o horror e o espanto retratados no conto de Clarice, que, não importa qual seja, a lei pareça legitimar que se faça isso a um ser humano. E é nesse sentido que já no início do conto, a narradora ressalta a importância de contar não os crimes, mas os tiros: “É, suponho que é em mim, como um dos representantes do nós, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora<sup>8</sup>. E por que é que mais me adianta contar os treze tiros que mataram Mineirinho do que os seus crimes” (LISPECTOR, 2013, *online*).

Se essa morte, e se as mortes de Marielle, Amarildo, Jhonata, Marcos Vinícius, que não são criminosos (não para nós, mas o são para essa máquina soberana de controle e coação normativa), se essas mortes não nos dão nenhum alívio de segurança, é porque o

---

<sup>8</sup> O termo faz referência a uma matéria divulgada em um jornal na data do ocorrido, que se referia a Mineirinho como “facínora”. Cf. ROSENBAUM, Yudith. A ética na literatura: leitura de ‘Mineirinho’, de Clarice Lispector. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n.69, p. 169- 182, 2010, p. 171.

primeiro tiro já nos assassina. É porque sabemos que, por suas formas, esses corpos estranhos já são muito meticulosamente selecionados como alvos. Não há segurança; somos nós os matáveis.

Em outro momento do conto, a narradora, que, nesse caso, se confunde com Clarice, continua:

Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais.

Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida (LISPECTOR, 2013, *online*).

E em seguida: “Tudo o que nele foi violência é em nós furtivo, e um evita o olhar do outro para não correremos o risco de nos entendermos. Para que a casa não estremeça” (LISPECTOR, 2013, *online*).

Os corpos indóceis não temem estremececer a casa.

Sabendo que somos sonsos, que dormimos fingidamente tranquilos, por medo de estremececer a casa, enquanto treze tiros executam vergonhosa e hipocritamente milhares de Mineirinhos, Amarildos, Jhonatas, Marcos, Marielles, Evaldos e Matheusas, em prol de uma suposta e frágil “segurança”, enquanto isso, ao mesmo tempo, também evitamos o olhar do outro, “para não correremos o risco de nos entendermos”, para podermos evitar a compreensão, renunciar a ela, como apontou Lévinas (1988), para que se possa deixar aniquilar sem remorso; mas também para não termos de encarar que somos tão matáveis, nós, os sonsos, quanto esses corpos abertamente matáveis, reconhecer que nos deixamos controlar tanto quanto eles não se deixam.

Tainá olhou o rosto do pai, que não poderia estar melhor: o corpo estranho não desvia o olhar do corpo estranho. Mas o chefe do pai de Tainá, que queria ver a cara dele quando as filhas estivessem viciadas em crack, provavelmente evitaria sua cara quando, sem

vício, ambas as filhas se formaram na universidade pública: o corpo dócil não suporta o corpo estranho.

O abandono, agora – e os 13 tiros, não um, nem dois, mas 13 tiros (ou 80), o declaram – o abandono agora já deu lugar à perseguição, à caça que se dá à luz do dia, no cotidiano, na hora da feira, no caminho da escola, na volta para casa, na saída das festas, no almoço de fim de semana, sem o menor pudor, sem a menor ocultação. É nesse sentido que Mbembe (2016) apresenta a torção do Estado biopolítico em Estado necropolítico, aquele que não mais declara salvaguardar as vidas, mas que, ao contrário, as ameaça e persegue como a um inimigo interno – e a criação forçada de um inimigo interno, ressalte-se, é requisito essencial para que se fundamente e legitime o direito de matar pelo Estado, para que a brutalidade das mortes selecionadas pareça ser suplantada pela necessidade de eliminação do inimigo que ameaça, como quem diz: eu tenho o direito legítimo de matá-lo, porque você põe em risco a saúde, a segurança e a vitalidade da minha população. E, nesse mesmo sentido, esse mesmo Estado exclui da cidadania, da política, dos direitos básicos e de sua população essa parcela friamente selecionada do povo.

“Às matanças invisíveis somam-se as execuções a céu aberto” (MBEMBE, 2016, p. 138), afirma Mbembe sobre a situação da população sitiada, expondo, com Agamben, que o estado de exceção é o estado constante dessas vidas. Mbembe, tratando do estado de sítio, possibilita relacioná-lo ao Estado biopolítico moderno, ou melhor, mais assertivamente, ao Estado necropolítico. A semelhança entre a população em estado de sítio e os corpos matáveis cotidianamente perseguidos pelo Estado em um momento qualquer assusta, mas não é surpreendente. Assim diz Mbembe sobre o caso palestino, que reúne os poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico:

O ‘estado de sítio’ em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas (MBEMBE, 2016, p. 138).

Inimigo interno, liberdade de atirar outorgada aos comandantes policiais, arbitrariedade de critérios, operações nas favelas (que, com entrada e saída controladas, é o equivalente à necessidade de autorização para circular), sindicatos civis sistematicamente perseguidos, “execuções a céu aberto”, para além das mortes invisíveis, são alguns tantos dos casos correntes observados hoje, e não apenas hoje, no Brasil. Ao afirmar que “através do meu corpo me comprometo a ir contra uma história de poucos leitores” (PASSARELI, s./d.a), Matheusa declara uma política outra, imanente dos corpos estranhos, uma forma de fazer política que parte do não-adestramento, da indocilidade das bestas. A essa política outra associa-se também uma forma outra de resistência, que se dá pelo afeto. Em *O Rio de Janeiro continua lindo e opressor: relato da disciplina de gravura uerj*, Matheusa se coloca a questão de como sobreviver no sistema que oprime, e ela mesma responde:

como se manter no sistema sem enlouquecer?  
encontros e contato entre corpos,  
criação de redes de afeto e proteção.  
rede de resistência.  
**resistências afetivas**  
(PASSARELI, s./d.b, grifo do autor)

Trata-se de uma resistência pelo afeto e pela coletividade, uma rede de “corpos estranhos”, corpos indóceis, corpos políticos. “Quando o estado não olha para nós, olhamos nós mesmo. Quando o estado não fornece, a terra oferece” (PASSARELI, s./d.a). Corpos matáveis ocupando os espaços que são seus por direito, mas que a todo tempo se lhes tentam subtrair: “decidi ocupar o máximo de espaços possíveis [...] como vírus me espalhar pela cidade” (PASSARELI, s./d.b).

Esses corpos, sobretudo, não estão sozinhos. O coletivo *Seus Putos*, na ocasião de sua morte, homenageou Matheusa com o manifesto *Viva Theusinha*, no qual dizem:

Ao longo da nossa história fomos aprendendo muito com essa troca, que é acima de tudo, uma troca de amizade e carinho que, num sistema extremamente desigual, individualista, cisheteronormativo e egocêntrico, nosso afeto, nossa união é

política. Resistimos juntas para poder existir (COLETIVO SEUS PUTOS, 2018).

É preciso estremececer a casa, chegar ao terreno. É preciso encarar os olhares, exercer a “revolta do amor”. Resistir junto, para existir.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- “ANTES de morrer, jovem baleado na Maré disse para a mãe que tiros partiram de caveirão”. *O Globo*. 21, jun. 2018. <https://oglobo.globo.com/rio/antes-de-morrer-jovem-baleado-na-mare-disse-para-mae-que-tiros-partiram-de-caveirao-22807770>
- DERRIDA, Jacques. “Décimo segundo encontro”, “Décimo terceiro encontro”. In: *A besta e o soberano – seminários (2001-2002)*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.
- ESTRELLA, Renata. “Eles passarão, nós Passareli”. *Subversos*. 30, maio de 2018. Disponível em: < <http://subversos.com.br/eles-nao-passarao-nos-passareli-1/>>. Acesso em jun. 2018.
- FOUCAULT, Michel. “Aula de 17 de março de 1976”. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 285-315
- \_\_\_\_\_. “Direito de morte e poder sobre a vida”. In: *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. 6ª edição.
- FREITAS, Angélica. “Uma mulher limpa”. In: *Um útero é do tamanho de um punho*. 1ª Edição eletrônica. Cosac Naify, 2013.
- LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988.
- LISPECTOR, Clarice. “Mineirinho”. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, online, jul. 2013. Disponível em: [http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=4396:conto-qmineirinhoq-clarice-lispector&Itemid=220&lang=pt](http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&id=4396:conto-qmineirinhoq-clarice-lispector&Itemid=220&lang=pt). Acesso em: 05, jul. 2018.
- MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. *Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, dez. 2016. pp. 123-151.

PASSARELI, Matheusa. **Cartografia Social do Crescimento e Desenvolvimento**. [s./d. a]. Disponível em: [https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/txt\\_matheusa\\_cartografia.pdf](https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/txt_matheusa_cartografia.pdf). Acesso em: 11, jul. 2019.

PASSARELI, Matheusa. **O Rio de Janeiro continua lindo – e opressor**. [s./d. b]. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/matheusa-o-rio-de-janeiro-continua-lindo.pdf>. Acesso em: 11, jul. 2019.

ROSENBAUM, Yudith. **A ética na literatura: leitura de ‘Mineirinho’, de Clarice Lispector**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 169 – 182, 2010. “SÉRGIO Moro diz que morte de músico a tiros pelo Exército no Rio aparenta ser ‘injustificável’ e precisa ser apurada”. *GI*, 10, abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/10/lamentavelmente-esses-fatos-podem-acontecer-diz-moro-sobre-musico-morto-a-tiros-pelo-exercito-no-rio.ghtml>

“Viva Theusinha”. Manifesto. *Coletivo Seus Putos*. Disponível em: <https://coletivoseusputos.wordpress.com/>. Acesso em: 5, jul. 2018.

“WITZEL diz que participou de ação policial em helicóptero para fazer ‘reconhecimento de comunidade’”. *GI*, 06, maio, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/06/witzel-justifica-sua-participacao-em-acao-da-policia-com-helicoptero-operacao-de-reconhecimento-na-comunidade.ghtml>

## ANEXO I

Links para fontes sobre os casos citados no início deste artigo, na ordem em que aparecem.

- Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. *GI*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>

Quatro dias antes de ser assassinada, Marielle Franco compartilhou denúncia contra ação da PMs. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/rio/quatro-dias-antes-de-ser-assassinada-marielle-franco-compartilhou-denuncia-contracao-de-pms-22491429>

- Dias antes de ser morta, estudante da Uerj fez desabafo em rede social. *GI*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/dias-antes-de-ser-morta-estudante-da-uerj-fez-desabafo-em-rede-social.ghtml>



-Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário. *G1*.

<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>

Sexto acusado pela morte da travesti Dandara dos Santos recebe pena de 16 anos de prisão. *G1*.

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2018/10/23/sexta-acusado-pela-morte-da-travesti-dandara-dos-santos-recebe-pena-de-16-anos-de-prisao.ghtml>

- “Fiquei coberta de sangue”, contou Jessyka a amiga dias antes de ser morta. *Correio Braziliense*.

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/07/interna\\_cidadesdf,678832/jessyka-descreve-agressao-que-sofreu-do-ex-namorado-pm.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/07/interna_cidadesdf,678832/jessyka-descreve-agressao-que-sofreu-do-ex-namorado-pm.shtml)

Ex-namorada morta a tiros por PM no DF relatou ameaças e pediu ajuda a amiga. *G1*.

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/ex-namorada-morta-a-tiros-por-pm-no-df-relatou-ameacas-e-pediu-ajuda-a-amiga.ghtml>

-Governo faz denúncia ao MP de adesivo com ofensa a Dilma. *Terra, Portal de Notícias*.

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9sgleRCRD.html>

- O que se sabe do caso de Tatiane Spitzner, encontrada morta em prédio de Guarapauva. *G1*.

<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/08/02/o-que-se-sabe-do-caso-de-tatiane-spitzner-que-caiu-do-4o-andar-de-predio-em-guarapauva.ghtml>

Justiça começa a ouvir testemunhas sobre a morte de Tatiane Spitzner. *Correio Braziliense*.

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/12/11/interna-brasil,724568/justica-comeca-a-ouvir-testemunhas-sobre-a-morte-de-tatiane-spitzner.shtml>

- Universitária é encontrada morta em casa de companheiro: ‘Ele tinha por ela um amor fora do normal’, diz mãe. *O Globo*.

<https://oglobo.globo.com/rio/universitaria-encontrada-morta-em-casa-de-companheiro-ele-tinha-por-ela-um-amor-fora-do-normal-diz-mae-23759575>

- Caso Amarildo: entenda o que cada PM condenado fez, segundo Justiça. *G1*.

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-entenda-o-que-cada-pm-condenado-fez-segundo-justica.html>

Caso Amarildo, quatro anos depois. *Piauí. Folha de S. Paulo.*

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/07/14/caso-amarildo-quatro-anos-depois/>

- Chance de fogo é 'ínfima', diz laudo de preso com explosivo em ato no Rio. *G1.*

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/12/chance-de-fogo-e-infima-diz-laudo-de-presos-com-explosivo-em-ato-no-rio.html>

Ex-morador de rua preso em protesto de 2013 é condenado a 11 anos de prisão por tráfico. *G1.*

<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/ex-morador-de-rua-presos-em-protesto-de-2013-e-condenado-a-11-anos-de-prisao-por-trafico.ghtml>

Caso Rafael Braga escancara seletividade e racismo do Judiciário no Brasil. *Brasil de Fato.*

<https://www.brasildefato.com.br/2017/08/04/caso-rafael-braga-escancara-seletividade-e-racismo-do-judiciario-no-brasil/>

- 'Trataram como bicho', diz marido de mulher arrastada em carro da PM. *G1.*

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/trataram-como-bicho-diz-marido-de-mulher-arrastada-em-carro-da-pm.html>

Claudia Silva Ferreira, 38 anos, auxiliar de limpeza, morta arrastada por carro da PM. *Geledés, Instituto da Mulher Negra.*

<https://www.geledes.org.br/claudia-silva-ferreira-38-anos-auxiliar-de-limpeza-morta-arrastada-por-carro-da-pm-2/>

- Witzel diz que 'em outros lugares do mundo', poderia ter autorização para jogar míssil em bandidos da Cidade de Deus. *G1.*

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/14/em-discurso-witzel-fala-em-jogar-missil-em-traficantes-na-cidade-de-deus.ghtml>

Witzel diz que participou de ação policial em helicóptero para fazer 'reconhecimento' de comunidade. *G1.*

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/06/witzel-justifica-sua-participacao-em-acao-da-policia-com-helicoptero-operacao-de-reconhecimento-na-comunidade.ghtml>

- Adolescente morre baleado no Borel após PMs confundirem pipoca com drogas, diz família. *R7.*

<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/adolescente-morre-baleado-no-borel-apos-pms->

[confundirem-pipoca-com-drogas-diz-familia-01072016](#)

Adolescente é morto com tiro na cabeça no Morro do Borel. *Estadão*.

<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,adolescente-e-morto-com-tiro-na-cabeça-no-morro-do-borel,10000060379>

- PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas. *El País*.

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458\\_048104.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html)

- Morre catador baleado em ação na qual Exército disparou 82 tiros. *O Globo*.

<https://oglobo.globo.com/rio/morre-catador-baleado-em-acao-na-qual-exercito-disparou-82-tiros-23608133>

Exército dispara 80 tiros contra carro e mata músico de 51 anos no Rio. *El País*.

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/08/politica/1554727102\\_750351.html?rel=mas](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/08/politica/1554727102_750351.html?rel=mas)

Dez militares são presos após ação do Exército que fuzilou carro de família no Rio com mais de 80 tiros. *G1*.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/08/dez-militares-sao-presos-apos-acao-do-exercito-que-fuzilou-carro-de-familia-no-rio-com-80-tiros.ghtml>

- Sérgio Moro diz que morte de músico a tiros pelo Exército no Rio aparenta ser 'injustificável' e precisa ser apurada. *G1*.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/10/lamentavelmente-esses-fatos-podem-acontecer-diz-moro-sobre-musico-morto-a-tiros-pelo-exercito-no-rio.ghtml>

Projeto do governo autoriza homicídios cometidos sob “violenta emoção”. *Conjur. com.br. Consultor Jurídico*.

<https://www.conjur.com.br/2019-fev-06/governo-autorizar-homicidios-cometidos-violenta-emocao>

Grupo Câmara derruba proposta de Moro sobre legítima defesa. *Conjur.com.br. Consultor Jurídico*.

<https://www.conjur.com.br/2019-out-08/grupo-camara-derruba-proposta-moro-legitima-defesa>

- Antes de morrer, jovem baleado na Maré disse para a mãe que tiros partiram de caveirão. *O Globo*.

<https://oglobo.globo.com/rio/antes-de-morrer-jovem-baleado-na-mare-disse-para-mae-que-tiros-partiram-de-caveirao-22807770>

Morre adolescente baleado na Maré, e moradores protestam e incendeiam ônibus. *G1*.  
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/morre-adolescente-ferido-durante-tiroteio-na-mare.ghtml>

“Ele não viu que estava com roupa de escola?”, questionou vítima. *Catraca Livre*.  
<https://catracalivre.com.br/cidadania/ele-nao-viu-que-estava-com-roupa-de-escola/>

‘Vou fazer desse pedaço de pano um instrumento de Justiça’, diz, durante velório, mãe de jovem morto na Maré. *O Globo*.  
<https://oglobo.globo.com/rio/vou-fazer-desse-pedaco-de-pano-um-instrumento-de-justica-diz-durante-velorio-mae-de-jovem-morto-na-mare-22807464>

- Congresso aprova decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro; entenda o que a medida significa. *BBC News Brasil*.  
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43079114>

Intervenção federal no RJ faz 6 meses; entenda o que aconteceu até agora.  
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/intervencao-federal-no-rj-faz-6-meses-entenda-o-que-aconteceu-ate-agora.shtml>